

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 538.319 - MG (2019/0302423-9)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : MARCOS PHILIP FERNANDES DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : MARCOS PHILIP FERNANDES DOS SANTOS - MG188685  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : EDUARDO HENRIQUE ALMEIDA JESUS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de EDUARDO HENRIQUE ALMEIDA JESUS contra ato de Desembargador Relator da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC nº 1.0000.19.127553-6/000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, pelos crimes do art. 35 da Lei n. 11.343/06 e 1º, inciso II, da Lei n. 9.613/98. Foi indeferido o direito de recorrer em liberdade.

Alegando que o lapso de pena cumprido cautelarmente seria suficiente para obter a progressão de regime, pelo que a manutenção da prisão preventiva seria desproporcional, a defesa impetrou a ordem originária, cuja liminar foi indeferida pelo Desembargador Relator (e-STJ fls. 22/23).

Na presente ocasião, a defesa alega que é cabível a superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, uma vez que o constrangimento ilegal suportado pelo paciente seria evidente.

Aduz que todas as circunstâncias judiciais lhe foram julgadas favoráveis, e que, com o decurso de mais de 1/6 da pena cumprido preventivamente, haveria violação ao princípio da proporcionalidade.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura, para que possa recorrer em liberdade, ainda que sob aplicação de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual *não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

*CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.*

*1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.*

*2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.*

*3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.*

*4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1/10/2007).*

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não é de se admitir casos como o dos autos. Não sendo possível a verificação, de plano, de qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve-se aguardar a manifestação de mérito do Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso, verifica-se que o *decisum* apresenta fundamentação suficiente e idônea a afastar a alegação, neste momento, de manifesta ilegalidade que justificasse a superação do enunciado sumular. Destaque-se que, mediante consulta à sentença condenatória, verifica-se que foi determinada pelo magistrado a expedição de guia de execução provisória, assegurando que o paciente possa usufruir de eventuais benefícios da execução, como a progressão de regime, adequando a custódia à modalidade cabível.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator